

Uma “grande família hispano-lusitana”: Silvestre Pinheiro Ferreira e o projeto de Confederação das Nações Independentes (1821 – 1822)¹

A “big Hispano-Lusitanian family”: Silvestre Pinheiro Ferreira and the project for the Confederation of Independent Nations (1821 – 1822)

Hevelly Ferreira Acruche²



Resumo: Neste artigo pretendemos tratar do projeto de uma Confederação ou Sociedade das Nações Independentes envolvendo as recém-criadas repúblicas hispano-americanas, do Haiti, dos Estados Unidos e da Grécia, bem como a monarquia de Portugal, às vésperas da independência do Brasil (1821-1822). De autoria do ministro de Negócios Estrangeiros e da Guerra de d. João VI, Silvestre Pinheiro Ferreira (1769 – 1846), a institucionalização de uma Confederação de Nações pode ser vista como uma estratégia para manter as relações entre a coroa lusitana e o Brasil após o retorno do rei para Portugal, em 1821. Pretendemos explorar as nuances deste projeto a partir de manuscritos coletados pelo diplomata venezuelano D. Simón Planas-Suárez quando esteve em Lisboa nas primeiras décadas do século XX. Também analisaremos a leitura de Manuel de Oliveira Lima (1867-1928) acerca do projeto. Ainda que não tenha ido adiante, o projeto de Confederação nos permite matizar os esforços de relacionamento entre o Império luso-brasileiro e os países vizinhos, oferecendo uma alternativa para além dos projetos de cooperação internacional pensados por Simón Bolívar (1783-1830). Ademais, pretendemos sinalizar que discursos de unidade no contexto das independências foram retomados à luz do pós-Primeira Guerra Mundial (1914 – 1918) e do estabelecimento da Liga das Nações. **Palavras-chave:** Brasil, Independências, América Latina, Confederação das Nações, História.

Abstract: In this article, we intend to treat about the project of a Confederation or Society of Independent Nations involving the newly created Hispanic-American republics, of Haiti, of the United States and of Greece, as well as the monarchy of Portugal, on the eve of the independence of Brazil (1821-1822). Authored by the Minister of Foreign Affairs and War of d. João VI, Silvestre Pinheiro Ferreira (1769 – 1846), the institutionalization of a Confederation of Nations can be seen as a strategy to maintain relations between the Portuguese



crown and Brazil after the king's return to Portugal in 1821. We intend to explore the nuances of this project based on manuscripts collected by the Venezuelan diplomat D. Simón Planas-Suárez when he was in Lisbon in the first decades of the 20th century. We will also analyze Manuel de Oliveira Lima's (1867-1928) reading about the project. Although it has not gone further, the Confederation project allows us to nuance the relationship efforts between the Portuguese-Brazilian Empire and neighboring countries, offering an alternative beyond the international cooperation projects conceived by Simón Bolívar (1783-1830). Furthermore, we intend to point out that discourses of unity in the context of independence were resumed in the light of the post-World War I period (1914 – 1918) and the establishment of the League of Nations. **Keywords:** Brazil, Independences, Latin America, Confederation of Nations, History.

Hevelly Ferreira Acruche
Uma “grande família hispano-lusitana”:
Silvestre Pinheiro Ferreira e o projeto de
Confederação das Nações Independentes (1821 – 1822)



Introdução

1918. Fim da primeira Grande Guerra. O mundo vislumbrava os horrores do confronto mundial e buscava restabelecer laços de amizade e de uma paz duradoura. A assinatura do tratado de Versalhes era um dos instrumentos para inviabilizar uma outra guerra dado o desmoronamento do “consórcio de grandes potências” que o mundo presumia que existia antes de 1914. A construção de uma Liga das Nações era parte importante deste projeto de paz, que tinha como finalidade solucionar problemas em termos pacíficos e democráticos no âmbito da negociação pública (HOBSBAWM, 1995, p. 39-42).

D. Simón Planas-Suárez, ministro plenipotenciário da Venezuela residente em Lisboa, elaborou um material que deu origem a um livro intitulado “Notas históricas y diplomáticas. Portugal y la independência americana”³. O texto foi publicado pelo Centro Tipográfico Colonial de Lisboa em 1918 e chegou às mãos do diplomata brasileiro Manuel de Oliveira Lima (1867-1928) pelos idos de 1923, quando o mesmo vivia em Washington e estava na capital portuguesa. Naquele momento, Oliveira Lima estava proferindo um conjunto de conferências para a abertura da cadeira de Estudos Brasileiros da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. O livro contém uma dedicatória endereçada ao diplomata na folha de rosto: “Ao insigne historiador, publicista e diplomático, com a devota admiração de seu amigo e colega. O Autor” (PLANAS-SUÁREZ, 1918).

Em “Notas históricas y diplomáticas”, Planas-Suárez selecionou alguns conjuntos documentais que procuravam dar conta de episódios importantes da história de seu país natal e, em sentido mais amplo, das Américas. As conexões entre as histórias de Portugal, Brasil e os países vizinhos da América espanhola merecem destaque no conjunto do material, especialmente no que tange ao reconhecimento lusitano da independência das repúblicas hispano-americanas, fundadas a partir do contexto de crise do Império espanhol deflagrada com as invasões napoleônicas de 1807. Na apresentação do livro, o plenipotenciário teceu elogios a figura de Simón Bolívar (1783 - 1830), líder militar das lutas de independência dos atuais Estados da Colômbia, Venezuela, Bolívia, Peru e Equador. Na leitura do diplomata venezuelano, o chamado “continente colombiano” surgiu de forma esplêndida “para ser o berço da Liberdade e o oásis do futuro Direito das Nações” (PLANAS-SUÁREZ, 1918, p. 8).

Envolvido nas interpretações dos eventos históricos de um ponto de vista nacionalista (FREDRIGO, 2007, p. 295)⁴, Simón Planas-Suárez enfatizou que



Bolívar era “o mais extraordinário entre os americanos” por ter assegurado a independência da América contra a tirania do monarca espanhol. Para o mesmo,

[...] sua obra não teve somente um caráter interno e continental, mas um alcance e transcendência mundial, cuja consistência, valor e influências vão crescendo e se impondo à admiração de todos, à medida que o tempo se dilata as relações dos povos aparecem influídas por uma aspiração de justiça, que faça mais eficaz o domínio do Direito no trato dos Estados e possível, em sua ação prática, a verdadeira Sociedade das Nações. [...] (PLANAS-SUÁREZ, 1918, p. 8-9).

Numa clara defesa de sua nação a partir de seu principal líder, o plenipotenciário venezuelano procurou mostrar em seu livro o papel que a América desempenhou no tratamento destinado às demais nações nas primeiras décadas do Oitocentos. Para isso, destacou Bolívar como um pioneiro em projetos de integração latino-americana e, por conseguinte, da ideia de uma Sociedade das Nações no começo do século XIX (CASA GRANDE, 2018, p. 393). Naquele contexto, o desejo de reparar injustiças e de construir uma nova sociedade eram a principal matriz interpretativa das lutas de independência ocorridas no século anterior. Elas eram motivo para a louvação a Bolívar e a transcendência mundial de suas ideias de aliança entre os Estados recém-criados. Para Suárez, ele foi o sujeito que inspirou o tratamento a ser dado às nações em construção, “tanto na paz como na guerra” (PLANAS-SUÁREZ, 1918, p. 9). Num hiato de pouco mais de cem anos, em 1918, uma nova guerra havia terminado e era necessário rever o tratamento destinado às nações soberanas no mundo. Retomar os ideais bolivarianos era, na proposta do autor do impresso, um meio de ensinar e de instrumentalizar meios para a desejada paz mundial.

Sobre as dimensões internacionais das independências.

A experiência hispano-americana e seus desdobramentos na América portuguesa tem sido objeto de discussão no âmbito da historiografia das independências (ANNINO & GUERRA, 1994; PIMENTA, 2017a). Nos últimos anos, a renovação dos estudos deste campo tem trazido contribuições importantes acerca da validação do sentido das experiências revolucionárias atribuídas às independências, do papel de segmentos populares nas lutas de



emancipação, da circulação de ideias, das ações contra revolucionárias, do nacionalismo inexistente naquele momento e em que medida eventos como a Revolução Francesa (1789-1799) e a independência dos Estados Unidos (1776) constituíram (ou não) influências relevantes para o desencadear das emancipações no continente sul-americano entre 1810 e 1830 (CHUST, 2018; ANNINO & GUERRA, 1994; PAMPLONA; MADER, 2007; DI MEGLIO, 2013).

De uma abordagem nacionalista, pautada nos grandes feitos, passamos a atentar para uma dimensão internacional das independências americanas nos últimos anos, o que constitui por si um objeto interessante de discussão (ARMITAGE, 2011; McFARLANE, 2015). Como as emancipações foram vistas por seus contemporâneos em outros países? Como as independências na América espanhola foram vistas pelo Brasil e vice-versa? Tais questões têm sido debatidas a partir dessas novas interpretações das independências, que tem corroborado com a importância que os eventos entre 1810 e 1830 possuem para além das fronteiras do que se convencionou chamar de Estados nacionais, dando ênfase a América e seu lugar num contexto de nova leitura do mundo ocidental (PIMENTA, 2017a). Desta feita, procuramos compreender o papel da coroa portuguesa no reconhecimento das independências dos países vizinhos, notadamente repúblicas, bem como explicitar as implicações políticas e diplomáticas de tal processo, num diálogo coerente em torno da manutenção do Império português – da qual o Brasil fazia parte.

Nas páginas de “Notas históricas y diplomáticas”, Planas-Suárez expôs alguns documentos arrolados nos arquivos lisboetas sobre as relações envolvendo a república da Venezuela, o governo português e o Brasil, naquele momento Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves. Para fins deste trabalho, analisaremos a segunda parte de seu livro, na qual o ministro venezuelano tratou da coleta de documentos a respeito de um projeto de Confederação das Nações Independentes. Este era um “vasto projeto germinado no luminoso cérebro de Silvestre Pinheiro Ferreira, e digno de figurar por seus olhares generosos, como uma sequência do sublime pensamento do Libertador [Simón Bolívar]” (PLANAS-SUÁREZ, 1918, p. 11).

Com vistas a aproximar as trajetórias políticas de Portugal e Venezuela, Planas-Suárez elencou documentos que mostravam a atuação de Silvestre Pinheiro Ferreira (1769-1846), então ministro de Negócios Estrangeiros e da Guerra de d. João VI, no processo de reconhecimento das novas nações na América. Ele foi importante articulador político no governo joanino no Brasil e em Portugal. Buscou solucionar querelas diplomáticas na região do rio da Prata



em duas ocasiões: no armistício de 1812 com Buenos Aires e no processo de fim da ocupação lusitana em Montevidéu, em 1821 (DUTRA, 2015; SILVA, 1975). Também articulou a saída do monarca rumo a Lisboa, fruto dos desdobramentos da Revolução Liberal do Porto (1820), ainda que discordando desta medida por entender que a mesma facilitaria a separação entre Portugal e Brasil. Homem versado na política lusitana e brasileira nos primeiros anos do século XIX, Silvestre Pinheiro Ferreira foi promotor da ideia de uma Confederação das Nações Independentes; projeto este contemporâneo às ideias de Simón Bolívar sobre a conformação de uma aliança entre os países recém-criados no continente sul-americano. Tal esboço de projeto passou a ser veiculado em Lisboa alguns meses antes da independência do Brasil, ocorrida em setembro de 1822.

Nas páginas que seguem, pretendemos explorar o projeto de Silvestre Pinheiro Ferreira a respeito dessa Confederação das Nações Independentes, entendendo-a como um dos projetos de integração ventilados na história do continente americano e contemporâneo ao projeto bolivariano, marcando parte do que foi chamado de “Ciclo Confederativo” (CASA GRANDE, 2018). Esta aliança defensiva que envolveu os governos português e as repúblicas nas Américas recentemente reconhecidas poderia ser uma estratégia importante de manutenção dos laços entre Brasil e Portugal com o retorno de d. João VI a Lisboa, bem como assegurar a estabilidade das fronteiras entre os mundos hispano-americano e luso-brasileiro.

Conservar o Império português, a monarquia, o trono e os povos em harmonia eram motes fundamentais do pensamento e ação de Silvestre Pinheiro Ferreira tanto no âmbito interno quanto nas relações internacionais (SILVA, 1975, p. 42). Procuramos, ainda que em linhas gerais, discorrer sobre a análise das cartas e do projeto de Confederação pensados pelo ministro entre os anos de 1821 e 1822 no que tange ao “resgate das intenções” (SKINNER, 1996, p. 13) a fim de discorrer sobre o processo de configuração de alianças diplomáticas e a ventilação de projetos e ideias de cooperação internacional nas primeiras décadas do século XIX.

Ainda que saibamos que tanto o projeto de Simón Bolívar quanto o de Silvestre Pinheiro Ferreira não tiveram aplicação no futuro político do continente americano, entendemos que os mesmos apresentam leituras possíveis do papel dos Estados recém-independentes, bem como dos receios daquele momento, onde medidas recolonizadoras por parte da monarquia espanhola estavam em curso e poderiam gerar maiores instabilidades no Brasil, à época governado pelo



príncipe regente d. Pedro. Ademais, acreditamos que a construção de argumentos em defesa da unidade americana nas primeiras décadas do Oitocentos serviu como uma espécie de modelo explicativo para futuros projetos de aliança na Europa do pós-guerra, onde as Américas apareciam como *locus* importante para a construção de uma ideia de união entre os hemisférios Norte e Sul.

Silvestre Pinheiro Ferreira (1769 – 1846): breve apresentação

Silvestre Pinheiro Ferreira (1769-1846) foi um intelectual português que esteve presente em momentos-chave da história luso-brasileira. Filho de Jacob Pinheiro e Joana Felícia, pequenos industriais beneficiados pelas políticas em prol da indústria empreendidas pelo marquês de Pombal (1699-1782), ele passou a frequentar a Congregação do Oratório como estudante na Casa de Nossa Senhora das Necessidades em 1784. Em 1791, assumiu a vaga de professor de Filosofia Racional e Moral no Real Colégio das Artes e Humanidades em Coimbra, instituição onde permaneceu até 1797. Em seguida, saiu de Portugal e foi reabilitado na Holanda para atuar como secretário do diplomata português Antonio de Araújo de Azevedo. Quando de seu regresso a Lisboa, assumiu um posto na Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros. Passou por Paris e, em 1802, fora enviado a Berlim como Encarregado de negócios (SILVA, 1975, p. 9-10).

Entre os anos de 1809 e 1821, Silvestre Pinheiro Ferreira passou a viver no Brasil. A fuga da Família Real portuguesa ocorreu no contexto turbulento de invasões napoleônicas a península Ibérica e a América despontava como um refúgio da política revolucionária e da decadência do Velho Mundo. Projeto anterior aos eventos de 1807 e 1808⁵, a transferência de d. João para o Brasil junto com toda sua corte pressupunha tanto um enfraquecimento dos papéis de metrópole e colônia quanto possibilitou a continuidade de um projeto colonial e a manutenção de seu legado (SCHULTZ, 2007, p. 6-7). As proposições de Silvestre Pinheiro Ferreira se ancoravam nesta leitura conjuntural e seus escritos no Brasil propunham como eixo fundamental a defesa do Império português e da permanência da corte no Rio de Janeiro (SILVA, 1975, p. 42-43).

Inicialmente, Silvestre publicou suas *Preleções Filosóficas* (1813) na Gazeta do Rio de Janeiro com a intenção de “ministrar como curso livre de filosofia na capital fluminense” (DURAN, 2015, p. 117). Nestas publicações, ficava clara a tentativa de estabelecer uma linguagem conciliatória entre a modernidade em curso e as peculiaridades do Brasil, marcado pela presença da família real e



da escravidão africana em suas terras (PAIM, 1967, SILVA, 1975). Exponente da proposta do ecletismo no Brasil, Silvestre Pinheiro Ferreira era representativo de uma intelectualidade que buscava espaços para articular e desenvolver “todas as falas do império” (DURAN, 2015, p. 119).

Assumiu o cargo de oficial da Secretaria dos Negócios Estrangeiros⁶ e contribuiu para o projeto de consolidação do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, em 1815. Naqueles anos, redigiu um parecer intitulado *Memórias políticas sobre os abusos gerais e o modo de os reformar e prevenir a revolução popular*⁷, a pedido do então príncipe regente d. João. Nessas *Memórias* aconselhava a execução de uma “reforma política que mantivesse a unidade da monarquia ao frustrar a revolução popular” (GILENO, 2021, p. 114). Naquele momento, Silvestre pensava em eventos como a independência do Haiti (1791-1804) e os riscos de fragmentação do Brasil em caso de haver uma “reação das três raças” (FERREIRA, 1884, p. 16).

As *Memórias* marcaram a trajetória política deste funcionário da corte lusitana no Brasil, principalmente em relação ao papel de Portugal no conjunto europeu pós-congresso de Viena (1815). Para Silvestre, a reforma da monarquia poderia conter os males revolucionários e possibilitava que a coroa portuguesa fosse mais competitiva frente as potências europeias. Paralelamente, protegia as partes do Império contra possíveis ataques estrangeiros ou revolucionários (DUTRA, 2015, p. 139-143). Buscava, em outras palavras, proteger a integridade do Império e da monarquia como regime de governo (BARBOSA, 1981, p. 100). Suas ideias, contudo, não foram postas em prática pelo governo joanino. Para o ministro, a falta de modificações institucionais e o arbítrio dos governadores no Brasil culminaram na crise da monarquia portuguesa entre os anos de 1821 e 1822 (WEHLING; WEHLING, 2011, p. 110-111).

A atuação diplomática de Silvestre Pinheiro Ferreira no Brasil pode ser considerada como fruto de uma carreira sólida e robusta. Ele atuou em questões relevantes da política externa joanina, como as querelas no rio da Prata e negociações com o governo de Buenos Aires (DUTRA, 2015; PIMENTA, 2017b). A experiência obtida nas terras brasílicas aguçara seu olhar para questões que tiveram desdobramentos importantes no processo de independência do país. O contexto turbulento experimentado pelo ministro abarcou as lutas pela emancipação na hispano-América, bem como as estratégias para o retorno da família real a Lisboa, considerado como um dos maiores problemas políticos para um soberano resolver (GILENO, 2021, p. 114; SILVA, 1975).

Ao reunir uma elaboração teórica e prática política (BARRETO, 1976, p.



11), o ministro procurou moldar as instituições portuguesas e conformar um projeto de unidade continental que garantisse a manutenção de vínculos com o Brasil. Defensor da unidade da monarquia portuguesa, o ministro reafirmava sua posição contrária ao retorno de d. João VI a Portugal, a qual poderia comprometer a ligação entre as províncias e o Rio de Janeiro, visto como um centro comum de poder. Consequentemente, o retorno do rei à Europa poderia desestruturar o legado do projeto colonial em curso pela monarquia. Acreditamos que o projeto de Confederação das Nações Independentes, gestado entre 1821 e 1822, consistia num mecanismo importante de manutenção dos laços do Império português – tendo o Brasil como centro dessa estrutura - e dialogava com a disparidade de interesses experimentada entre súditos lusitanos e luso-brasileiros. Assim, constituía uma manobra importante para manter a unidade imperial portuguesa tanto no plano interno quanto no das relações exteriores. Contudo, os eventos que culminaram na independência do Brasil frustraram a execução deste projeto nos anos seguintes.

Silvestre Pinheiro Ferreira e o projeto de Confederação das Nações Independentes (1821-1822)

Teve Portugal o claro conceito do que significava a emancipação das colônias espanholas nas relações internacionais, e assim, quando com empenho na assistência dos Estados recém constituídos para realizar eficazmente o projeto de Aliança de Governos mais generosos, mais leal e puro, como que não perseguia outro fim, mas a defesa da Liberdade dos Povos (PLANAS-SUÁREZ, 1918, p. 13)

A crise de soberania experimentada nas colônias da América espanhola a partir da deposição de Fernando VII, em 1807, promovera modificações importantes no âmbito diplomático e político lusitano que se espalharam no Brasil (CATROGA, 2012; PIMENTA, 2017b). Este, diferentemente do que ocorreu com as colônias vizinhas hispano-americanas, passou a ser a sede do Império português ao abrigar a família real desde 1808 e, a partir de 1815, se tornou Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves. O processo de formulação do Reino Unido se deu por ideia do representante da monarquia francesa Talleyrand (1754 – 1838), com o desejo de reforçar a posição portuguesa no jogo diplomático do congresso de Viena (1815). Ademais, serviu para a manutenção



da corte joanina na colônia americana e dava oportunidades de melhoria da forma de governo na então sede do Império. Como parte do Reino Unido, o Brasil passava a ser tanto corpo político da monarquia portuguesa quanto a gozar da igualdade de direitos com Lisboa, garantindo o reconhecimento dos súditos dos hemisférios norte e sul como membros da mesma sociedade. Por outro lado, o reino em Portugal via-se desgastado pelo virtual domínio inglês e ausente da proximidade do soberano. A manutenção deste estado de coisas levou ao gradual desmanche das relações entre ambas as partes do Império nos anos seguintes (NEVES, 2014, p. 113; WEHLING; WEHLING, 2011, p. 110).

Os representantes do governo português no Rio de Janeiro, nova sede do Império desde 1808, assistiram aos eventos ocorridos na América espanhola com certa preocupação. Cabe sinalizar que a cidade de Caiena fora tomada pelos portugueses entre 1809 e 1815 no intuito de servir de potencial moeda de troca nas futuras negociações com a França (NEVES, 2010). No que toca a fronteira sul, as preocupações portuguesas recaíam principalmente no rio da Prata e no território da Banda Oriental, atual república do Uruguai. Para João Paulo Pimenta, a experiência da América espanhola era acompanhada pelos lusitanos graças a contiguidade territorial entre as duas possessões e o fato da presença portuguesa no Brasil, fruto de uma crise comum a ambos os Impérios, “impor uma intervenção direta naquela realidade” e a necessidade de atenção a ela. Ao longo dos anos, houve um processo de construção de uma política externa para a América dada sua contiguidade territorial, mas também para os Estados Unidos e para a Europa, alvos do interesse português no Brasil (PIMENTA, 2017a, p. 55-76).

A vulnerabilidade lusitana após 1815 e o novo jogo diplomático estabelecido a partir de então reiterou a dificuldade em manter os interesses peninsulares e americanos num mesmo patamar. A elevação do Brasil a Reino Unido corroborava isso. Os desdobramentos do movimento do Porto em 1820 e as exigências de retorno de d. João VI a Portugal desequilibraram, em certa medida, as expectativas em torno da permanência dos Bragança na América (NEVES, 2014, p. 115). Ademais, movimentos populares contrários aos representantes da Santa Aliança em Lisboa promoveram rompimento de relações e o isolamento do governo liberal ali instalado (DUTRA, 2015, p. 166).

A permanência de d. João VI no Brasil até 1821 alterou os rumos da experiência de emancipação na medida em que as instituições administrativas, políticas e jurídicas lusitanas foram trasladadas para a colônia com a fuga da família real. A monarquia portuguesa na América se salvou do enfrentamento de questões



relativas aos laços que uniam as colônias a soberania dos regimes europeus, o que não ocorreu com os vizinhos. Ainda que causada pela mesma origem, a crise teve respostas distintas nos casos português e espanhol (ADELMAN, 2015, p. 75). Porém, a situação portuguesa na Europa somada as iniciativas em prol de uma reformulação das relações entre Portugal e Brasil na Revolução do Porto culminaram em pressões pelo retorno de d. João VI e, em seguida, do príncipe regente d. Pedro ao Velho Mundo, as quais tiveram como consequência a independência da colônia em 1822, que resultou num governo monárquico que contrastou com as repúblicas espanholas ao longo do século XIX (ADELMAN, 2015; VICENTE, 1993).

Ainda no Brasil, Silvestre Pinheiro Ferreira observava o retorno de d. João VI para Portugal com certa apreensão. Em carta datada de fevereiro de 1821, o ministro dizia a Rafael da Cruz Guerreiro⁸ que, em breve, o Brasil passaria a ter o mesmo aspecto que as “Províncias unidas (ou antes desunidas) do Rio da Prata”, marcadas pelas guerras civis. Ele se perguntava a respeito do futuro dos parentes, amigos e conterrâneos, “instrumentos da final dissolução da majestosa Monarquia, que ainda há pouco nos vangloriávamos” de pertencer (CARTA..., 1821). Para o ministro que, naquele momento, vislumbrava a proximidade de sua viagem como plenipotenciário português para os Estados Unidos, a separação do Brasil era iminente quando da saída de d. João VI rumo a Lisboa e utilizava o caso dos países platinos como exemplo para legitimar sua opinião.

Silvestre Pinheiro Ferreira não saiu do Brasil rumo aos Estados Unidos e, em paralelo com as negociações do retorno do rei a Lisboa, passou a esboçar uma estratégia de reconhecimento das repúblicas vizinhas ao Brasil. De acordo com João Paulo Pimenta, às vésperas do retorno de d. João VI a Lisboa o ministro nomeou João Manuel de Figueiredo como representante português em Buenos Aires para se encarregar desta tarefa. A apresentação formal de Figueiredo ao governo bonaerense representou a oficialização do reconhecimento português da independência das repúblicas do Prata, mesmo com o falecimento do representante português nos meses seguintes daquele ano (PIMENTA, 2017b, p. 351-352).

Em correspondência, Silvestre sustentava que reconhecer as independências das repúblicas circunvizinhas servia a propósitos comerciais, porém atestava a seus subordinados que era necessário ter

[...] o cuidado com que previ as exprobrações que temos de recear por



parte de Espanha por esta espécie de reconhecimento sem, contudo, dar lugar aos Povos Americanos de recearem que nós possamos jamais voltar a fazer causa comum com a sua antiga Metrópole para os reduzir a categoria de Colônias. (GALVÃO, 1877, p. 307).

Em outras palavras, o reconhecimento das repúblicas hispano-americanas não poderia ocorrer sem olhos atentos a possíveis represálias espanholas (PIMENTA, 2017b, p. 352). Além disso, a burocracia da coroa pretendia negociar a saída progressiva das forças portuguesas de Montevidéu, constituindo a província Oriental num Estado independente dado o crescente descontentamento dos habitantes da região com a presença portuguesa a partir da década de 1820⁹ (FERREIRA, 2006).

Processo gestado por Silvestre Pinheiro Ferreira, o reconhecimento das independências dos países vizinhos ao Brasil baseava-se em argumentos pautados na jurisprudência portuguesa, a qual atestava a impossibilidade de discutir ou contestar juridicamente a existência legítima de outros governos. Em seguida, partia de uma concepção particular de soberania política na qual buscava responder questões oriundas da conjuntura revolucionária experimentada na Europa e nas Américas: de onde vinha a soberania? Do território ou do povo? O reconhecimento operacionalizado por Portugal foi, segundo Daniel Castro, resultado de uma interpretação do poder do soberano presente na maioria das tradições jurídicas ibéricas, nas quais as comunidades reassumiram o direito inalienável de se submeter à autoridade de quem a governou com retidão e justiça (CASTRO, 2015, p. 18-19).

Para além do reconhecimento das repúblicas hispano-americanas na conjuntura do retorno de d. João para Portugal, Silvestre Pinheiro Ferreira elaborou um projeto de Confederação das Nações Independentes e buscou através de seus agentes o apoio político de Simón Bolívar pelos idos de junho de 1822, portanto meses antes da independência do Brasil. Naquele momento, a colônia vivia numa condição cambiante por conta dos interesses divergentes dos luso-brasileiros e dos portugueses na metrópole desencadeando, de um lado, ações dos liberais portugueses frente ao Brasil. De outro lado, estas acarretaram em interpretações de d. Pedro e de parte dos súditos luso-brasileiros que afirmavam um potencial recolonizador destas mesmas ações (COSTA; PEDREIRA, 2008). Desta forma, o apoio do Libertador ao projeto redigido pelo ministro português era valioso por sua influência e prestígio militar visto que em suas correspondências e no projeto da Carta da Jamaica (1815) a questão



da unidade das repúblicas americanas era instrumento importante contra possíveis ações recolonizadoras europeias agrupadas na Santa Aliança (CASA GRANDE, 2018, p. 399).

Podemos sublinhar que o projeto era mais um instrumento que legitimava o reconhecimento às repúblicas independentes do continente americano. Na argumentação de Silvestre Pinheiro Ferreira, a ideia de unidade preconizada para todos os súditos do Império Português se espalhava em torno dos países vizinhos ao Brasil no contexto pós-Napoleão. Segundo Arno e Maria José Wheling, a proposição de unidade portuguesa em torno do Império tinha paralelos com a Constituição espanhola de Cádiz, de 1812, a qual defendia como princípio que “a nação espanhola é a reunião de todos os espanhóis de ambos os hemisférios” (WHELING; WHELING, 2011, p. 108-109). Silvestre Pinheiro Ferreira entendia que cabia a Portugal e a Espanha sustentar o combate pelas independências contra todos os governos do mundo (FERREIRA *apud* PLANAS-SUÁREZ, 1918, p. 90).

O projeto de Confederação foi encaminhado por Silvestre ao agente Schmidt, membro da Legação portuguesa nos Estados Unidos. Ele foi incumbido da tarefa de conversar com os agentes de Simón Bolívar e mostrar-lhes o projeto de Confederação (ALEIXO, 2009). Contudo, o agente não conseguiu se aproximar do general por conta dos “sucessos políticos de Portugal” e, segundo o diplomata venezuelano, não havia mais documentos na Chancelaria de Lisboa que dessem conta dos desdobramentos possíveis de diálogos no decorrer dos eventos (PLANAS-SUÁREZ, 1918, p. 86-87). Entretanto, a missão de Schmidt era idêntica à do tenente coronel Veríssimo Antônio Ferreira da Costa, segundo enviado português às nações do Prata para discutir o tema das independências. Segundo as credenciais do coronel, emitidas por Silvestre Pinheiro Ferreira:

[...] O Tenente Coronel Costa vai munido de todas as Instruções para entrar em negociações sobre este assunto [...] as ideias que ele teria a honra de propor a Vossa Excelência, merecendo sua aprovação, conduzam a assegurar a obra da regeneração da grande família hispano-lusitana, composta de diferentes Estados que, ainda que independentes entre si, estão natural e necessariamente unidos numa Confederação de Independência respeito de toda e qualquer Potencia agressora de este direito, o mais sagrado e inalienável de todas as Nações. Credencial para o tenente coronel Costa assinada por Silvestre Pinheiro Ferreira. Lisboa, 16 de junho de 1822. (PLANAS-SUÁREZ, 1918, p. 88).



Nas credenciais, Silvestre buscava criar laços mais firmes com o governo de Buenos Aires naquele momento, mas isto também era representativo dos interesses portugueses em relação ao conjunto das repúblicas hispano-americanas. A “grande família hispano-lusitana” deveria se unir contra todos aqueles que se opunham aos valores das nações americanas. Ele continuava abordando o reconhecimento português das independências nas Américas, bem como o contexto de Portugal e Espanha no concerto das nações do Velho Mundo, marcado pela primazia das grandes potências – Inglaterra, Áustria, Rússia, Prússia e França. O ministro ponderava que

“[...] a luta é desigual, por certo, se se considera a desunião em que atualmente se encontramos Estados campeões da Independência, tanto entre si como pelos partidos que no momento dividem e dilaceram as forças interiores de cada um deles [...]” Carta de Silvestre Pinheiro Ferreira, 16 de junho de 1822. (PLANAS-SUÁREZ, 1918, p. 90).

A desigualdade da luta pela emancipação que envolveu europeus de um lado e, de outro, *hispano-criollos*, foi utilizada como argumento para a união dos Estados recém-criados na América do Sul frente a um inimigo comum das independências: o Congresso de Viena e a Santa Aliança. Além disso, o início da década de 1820 foi marcado pela instabilidade nas repúblicas vizinhas tanto pelas ameaças de intervenção e agressão externa, sobretudo por parte da Espanha, quanto pela eclosão de guerras civis (CASA GRANDE, 2018, p. 404). A instabilidade enfrentada pelos países vizinhos poderia chegar ao Brasil, fomentar motins e rebeliões populares num momento onde a presença portuguesa estava dando sinais de desgaste.

No projeto de Confederação, também incorporado ao livro de Planas-Suárez, os chamados “povos agredidos” constituiriam uma demonstração de força contra a “Santa Aliança dos Príncipes Agressores”. Os países listados nesta aliança defensiva eram Espanha, Portugal, Grécia, Estados Unidos, Estados hispano-americanos e o Haiti, onde os interesses comuns residiam na defesa da independência individual e do sistema constitucional adotado em cada um contra qualquer tentativa de agressão (PLANAS-SUÁREZ, 1918, p. 118). Cabe destacarmos que a menção ao Haiti neste projeto chama a atenção visto que, anos antes, nas *Memórias políticas* (1814), Silvestre discorria sobre a criação da república haitiana como um exemplo do que a desordem popular poderia causar. Este aspecto foi sublinhado pela oralidade popular, na palavra escrita



em periódicos e em discursos políticos veiculados nos anos seguintes no Brasil, seja para expor a ameaça de uma república de escravizados e livres, seja para exaltar a ação política dos mesmos contra os franceses (MOREL, 2017).

No projeto também foram definidos apoios financeiros e direitos de alfândega para fomentar as relações comerciais entre “ambos os hemisférios”. Novamente, a ideia de unidade dos povos aparecia atrelada ao discurso em defesa da liberdade de comércio, no qual o Brasil poderia constituir chave importante ao estabelecimento de relações diplomáticas e comerciais com os países vizinhos, o que favorecia o papel português na América. No contexto de montagem de uma monarquia constitucional em Portugal, pensar o comércio no bojo deste projeto era um instrumento que servia tanto para reformular as relações comerciais luso-brasileiras quanto para estabelecer novos parceiros para Portugal no continente americano, podendo atender aos anseios da burguesia mercantil e manufatureira portuguesa (OLIVEIRA, 2014, p. 20).

Nesse sentido, a Confederação pensada por Silvestre Pinheiro Ferreira tinha como objetivo fazer frente a ações contrárias a emancipação dos países hispano-americanos; ou mesmo que tentassem intervir na região, numa clara defesa da “família hispano-lusitana” a fim de também resguardar o Brasil de possíveis ameaças de fragmentação e garantir a unidade do Império português. Tal como o projeto bolivariano, procurava exercer um papel defensivo frente as ações da Santa Aliança. A proposta de uma aliança defensiva com a participação dos Estados Unidos da América era fundamental para promover a proteção contra possíveis agressões e hostilidades. Uma confederação hispano-lusitana em “ambos os Mundos” passava a ser gestada na mente de Silvestre Pinheiro Ferreira e revelava suas “intenções” tanto para reequilibrar o papel ibérico no mundo pós-1815 quanto para a manutenção dos laços dos Bragança com o continente americano (FERREIRA *apud* PLANAS-SUÁREZ, 1918, p. 91-92). Nesse sentido, é possível perceber certo diálogo entre as ideias bolivarianas e as do ministro português no que tange a defesa da América contra a Santa Aliança, sendo as deste último mais amplas do que o projeto bolivariano da *Gran Colombia* por abarcar extensões territoriais do continente e fora dele.

Para além de um movimento em prol da paz entre as nações e de uma aliança defensiva, a Confederação das Nações Independentes poderia ser parte de um movimento de reordenamento e reconfiguração da identidade do Império luso-brasileiro à luz da unidade da “grande família hispano-lusitana”. Por isso, é importante matizar que o papel deste projeto implica em pensar que a diplomacia portuguesa possuía uma dimensão política importante que pendia tanto para



um possível confronto direto com a Santa Aliança quanto para a defesa dos interesses portugueses no Brasil, à época governado pelo príncipe regente d. Pedro. Também servia para estabelecer um mecanismo de unidade americana num momento no qual as ameaças de recolonização espanhola se espalhavam pelas repúblicas vizinhas e movimentos revolucionários desta porção do continente poderiam atingir o Brasil. Logo, o discurso de Silvestre Pinheiro Ferreira não esbarrava numa defesa do republicanismo ou da independência na América espanhola, mas na manutenção da porção americana como parte do Império lusitano.

A importância do apoio estadunidense ao projeto como “pedra angular” da Confederação se justificava enquanto se conservassem “os perigos resultantes da injusta agressão que faz necessária esta Confederação dos Povos de ambos Hemisférios”. Para convencer o governo estadunidense, Silvestre Pinheiro Ferreira orientou seus agentes a se corresponderem com as autoridades em defesa dos interesses políticos do governo português “e depois de convencê-los da necessidade da Confederação dos Povos Livres contra quaisquer Potências que intentem escravizá-los”. Além disso,

[...] lhes proproará que, para maior facilidade nas negociações sobre um tão importante assunto, seria conveniente que se reunisse em Filadélfia ou Washington um Congresso de Plenipotenciários de todos os Estados que somos Membros natos da projetada Confederação de a Independência das Nações. (FERREIRA *Apud* PLANAS-SUÁREZ, 1918, p. 119).

Também havia a busca de apoio dos gregos a tal projeto. A Grécia, independente do Império Turco-Otomano a partir de 1820, constituía junto aos Estados Unidos um “importantíssimo núcleo para as futuras relações” diplomáticas e comerciais (FERREIRA *apud* PLANAS-SUÁREZ, 1918, p. 93-94). Ao analisar o contexto internacional da década das independências e seus impactos na conformação das repúblicas na América espanhola, Anthony McFarlane apontou que ao passo que as emancipações da América espanhola se converteram em problema urgente para as potências europeias, eventos como a rebelião na Sérvia e o movimento de independência grego abriam uma nova frente de lutas contra o absolutismo no Velho Mundo e remodelaram a balança de poderes no continente (McFARLANE, 2015, p. 120). Desta feita, as convulsões dos mundos ocidental e oriental provavelmente estavam na mente do ministro



português ao propor essa aliança defensiva entre os países, neutralizando possíveis ações revolucionárias dos vizinhos americanos e da Europa oriental.

Para o ministro português, um ataque da Santa Aliança a Confederação projetada por ele teria duas possibilidades de resposta: uma seria a abstenção da Santa Aliança em continuar com seus intentos agressivos aos povos americanos, “sem que se comprometa a paz universal de que todos necessitam”. A outra seria a reação da América, marcada “por um curso universal de todas as Nações Confederadas”, onde “as Potências marítimas serão obrigadas, desde logo, a desistir de seus temerários intentos” para evitar sua total ruína; o que motivaria os exércitos da liberdade e aceleraria a perda dos tronos europeus (FERREIRA *apud* PLANAS-SUÁREZ, 1918, p. 105-106).


Nesse ínterim, Silvestre Pinheiro Ferreira foi um artífice importante tanto para o processo de retorno da corte lusitana a Lisboa quanto para a tentativa de manutenção dos laços com o Brasil, ideia esta que acreditamos que o projeto de Confederação das Nações procurava atender. A busca por um relacionamento comercial com os países americanos revestia-se de outros significados quando pensamos a formação de uma aliança defensiva contra a Santa Aliança e a evocação da ideia de unidade hispano-lusitana.

O discurso da unidade, caro ao diplomata venezuelano Simón Planas-Suárez, foi objeto latente dos documentos selecionados para o livro “Notas históricas y diplomáticas”, onde os projetos de união bolivariana podem, por um lado, ter sido objetos de inspiração para outros indivíduos que viveram na América dos primeiros anos do Oitocentos, tais como o português Silvestre Pinheiro Ferreira. Por outro lado, podem ter constituído uma leitura lusitana em resposta aos eventos revolucionários no continente europeu e na América para a defesa, em última instância, da porção americana do Império português. De toda forma, é importante matizar que a experiência do ministro no Brasil modulou suas ações quando de seu retorno a Portugal às vésperas da emancipação da colônia¹⁰.

Oliveira Lima e Simón Planas-Suárez: leituras possíveis

Pouco mais de cem anos depois dos eventos que marcaram o processo das independências na América, Manuel de Oliveira Lima situou o voto contrário dos Estados Unidos a criação da Liga das Nações da seguinte forma:

[...] [Para] o ministro da Venezuela em Lisboa, Sr. Planas-Suárez, que é um internacionalista distinto, a organização daquela Liga



dela fez um instrumento político, uma aliança de Estados com propósito definido e não uma sociedade de nações, senão de certas nações europeias, momentaneamente unidas para garantir a execução de um tratado iníquo [...]. (LIMA, 1923, p. 82).

Oliveira Lima utilizou-se do comentário de Simón Planas-Suárez quando da votação por uma Sociedade das Nações Americanas na “recente conferência pan-americana de Santiago” (1923) com o intento de salientar a impopularidade de uma ideia de aliança especificamente no continente americano. Impopularidade motivada por certa indisposição estadunidense em participar de projetos de cooperação (LIMA, 1923, p. 83). O pós-primeira guerra e a assinatura do tratado de Versalhes (1918) punham em xeque a viabilidade de uma Sociedade das Nações¹¹. A negativa estadunidense a proposta se encaminhava nesse sentido (HOBSBAWM, 1995, p. 40).

Tal ponto foi objeto de uma das conferências proferidas por Oliveira Lima para a abertura da cadeira de Estudos Brasileiros na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, ocorrida no mês de junho de 1923. À época, assumiu a tarefa pois estava na capital portuguesa e seu nome foi aceito para substituir intelectuais como Miguel Calmon e Coelho Neto, indicados pela Embaixada do Brasil para realizar a tarefa junto ao governo português, mas que foram impedidos por conta de problemas na viagem (LIMA, 1923, p. 9). As conferências proferidas pelo historiador e diplomata brasileiro deram forma ao livro “Aspectos da história e da cultura do Brasil. Conferências inaugurais”, publicado no mesmo ano.

A respeito do projeto de Confederação das Nações Independentes no século XIX, na última conferência, intitulada “O Brasil como potência americana”, Oliveira Lima fez uma interpretação sobre os planos de Silvestre Pinheiro Ferreira a respeito do reconhecimento do Uruguai como país independente por parte da Argentina e do Brasil, o que poderia ter evitado uma guerra entre eles¹². De acordo com o mesmo, havia uma menção, três anos antes da independência, de que o almirante português Pinto Guedes, depois barão do rio da Prata, tendeu a pensar na criação de uma liga americana de proteção da liberdade e dos destinos do Novo Mundo (LIMA, 1923, p. 90). Logo, é provável que Silvestre não fosse o único a advogar sobre o tema no círculo lusitano; ainda que o tenha escrito e servido de base às projeções de Oliveira Lima, visto aqui como um intérprete daquele período da história luso-brasileira nas primeiras décadas do século XX. Acerca do tema, sumariamente, o diplomata afirmou que



[...] A reação que logo sobreveio na Espanha e em Portugal teria aliás desfeito essa liga na sua parte europeia: teria, porém, subvertido a sua parte transatlântica caso os Estados Unidos a ela tivessem aderido, porque os Estados Unidos foram sempre infensos a alianças, quer continentais, quer transoceânicas, e sem eles como constituir um sistema americano baseado no equilíbrio? [...] (LIMA, 1923, p. 88-89).

Se por um lado o projeto de Confederação das Nações Independentes teria desmoronado no continente europeu, por outro lado a “parte transatlântica” teria subsistido se os Estados Unidos tivessem aderido ao projeto, numa alusão ao papel desempenhado pelo “curso universal das nações confederadas” e a conseqüente luta pela liberdade (FERREIRA *apud* PLANAS-SUÁREZ, 1918, p. 105). A julgarmos pelo mês de recepção do livro de Simón Planas-Suárez e as conferências de Oliveira Lima em Lisboa¹³, podemos sublinhar que o contato com um material que versava sobre Portugal e a independência americana pode ter levado o diplomata brasileiro a construir e interpretar o projeto de Confederação de autoria de Silvestre Pinheiro Ferreira à luz de um contexto onde se buscava afirmar o papel de Portugal como protagonista no que tange a execução de ideias de aliança no âmbito internacional nas primeiras décadas do século XIX.

Como Paulo Roberto de Almeida sugeriu num texto recente sobre a hipótese de um Império brasileiro à luz da unidade americana, não havia condições objetivas para executar um projeto de aproximação política entre, de um lado, um “império” que possuía amplos vínculos europeus e, de outro, um conjunto de repúblicas vizinhas, libertas da escravidão e que adotaram regimes políticos opostos ao desenvolvido no que era então o Império luso-brasileiro (ALMEIDA, 2021, p. 319-320). Contudo, é importante destacar que o projeto de Confederação procurava dar conta de uma realidade complexa, na qual uma aliança mútua entre o Brasil, as repúblicas sul-americanas, os Estados Unidos, Haiti, Grécia, Portugal era um esforço de manutenção dos laços políticos e econômicos nos dois hemisférios, bem como constituía num meio para a incorporação do continente americano ao jogo político internacional do momento sob a tutela estadunidense e, em última instância, portuguesa. Resguardar “todas as vozes do império”, manter uma ordem social interna na colônia e reconhecer as emancipações nas repúblicas fronteiriças ao Brasil: eis o dilema enfrentado por Silvestre naqueles conturbados meses antes da



independência do Brasil.

Considerações finais

A proposta da Confederação das Nações Independentes foi pensada a partir dos desdobramentos do congresso de Viena. Para Silvestre Pinheiro Ferreira, era importante fazer oposição a possíveis ataques de “autocráticas Potências que se arrogam ao Império do Mundo” (FERREIRA *apud* PLANAS-SUÁREZ, 1918, p. 97). A partir de 1815, a política lusitana se voltava cada vez mais para a América; o que impactava as relações com Lisboa. Ao partirmos do princípio de que o pensamento dos autores está inserido em diversos tempos (SILVA, 1975, p. 4-5), procuramos reiterar que o propósito de manutenção do Império português e – consequentemente – das relações coloniais passaram a ser expressão latente diante das mudanças sociais e políticas em curso com a experiência das independências hispano-americanas. A proposta confederativa lusitana visava, por um lado, preencher lacunas deixadas com o retorno de d. João VI a Lisboa e, por outro lado, manter a união das partes do Império. “Resgatar” o sentido de um Império como contraponto às repúblicas vizinhas na América numa aliança diplomática nos parece um ponto de convergência importante para a execução do projeto de Confederação das Nações Independentes no século XIX.

Saber se o projeto de Confederação das Nações foi objeto de apoios ou contestações por parte do governo joanino e de membros da burocracia imperial é um aspecto a ser explorado em investigações futuras. No caso deste texto, procuramos matizar as dimensões internacionais das independências no Novo Mundo e a construção de alternativas políticas a esse processo, de modo que sujeitos como Silvestre buscaram reconhecer a emancipação dos países vizinhos e a manutenção do projeto colonial gestado com a fuga da família real para a América.

A união das nações em ambos os hemisférios era um projeto que visava conter a Santa Aliança e, na melhor das possibilidades, garantir uma posição importante aos portugueses a fim de defender os interesses da “família hispano-lusitana”. Contudo, as notícias sobre as ações do príncipe regente d. Pedro no ano de 1822 no Brasil tiveram como reflexo o pedido do ministro de d. João VI ao agente português em Buenos Aires, o tenente Antonio Ferreira da Costa, para que os governos integrantes desta aliança mantivessem “a mais perfeita neutralidade, tal como nós a observamos entre Espanha e os Estados hispano-americanos” (FERREIRA *apud* PLANAS-SUÁREZ, 1918, p. 99). Essa neutralidade

Hevelly Ferreira Acruche
Uma “grande família hispano-lusitana”:
Silvestre Pinheiro Ferreira e o projeto de
Confederação das Nações Independentes (1821 – 1822)



poderia ser instrumentalizada a fim de evitar maior instabilidade interna na colônia e ações dos países vizinhos favoráveis a causa do Brasil.

É possível pensar que figuras públicas como Simón Bolívar e Silvestre Pinheiro Ferreira procuraram levar a cabo projetos onde a unidade americana caminhasse lado a lado com as posições políticas de seus respectivos países, seja pela emancipação frente ao domínio espanhol, seja pela manutenção dos laços que uniam Portugal e Brasil. Porém, os projetos não foram aplicados na prática tanto pelas guerras contra a Espanha e entre os generais da elite *criolla* das novas repúblicas ao longo da década de 1820 quanto pelas tensões políticas enfrentadas em Lisboa e o processo de independência do Brasil, em 1822. Isso produziu “divergências e desconfianças e, conseqüentemente, severos danos ao progresso dos movimentos” pela união americana (CASA GRANDE, 2018, p. 406).

Os conflitos internos nos países da *Gran Colombia* tornaram o projeto bolivariano inviável ao passo que a independência do Brasil pode ter inviabilizado o projeto de Confederação. Contudo, José Bonifácio de Andrada e Silva (1763 – 1838) defendeu uma proposta de união dos Estados da América a fim de fortalecer as defesas dos países independentes e fomentar a liberdade comercial entre eles (ALEIXO, 2000, p. 174-175). Estes aspectos eram fundamentais no projeto de Silvestre Pinheiro Ferreira e, possivelmente, foi redimensionado à luz da emancipação do Brasil e de seu papel no conjunto das recém-fundadas nações independentes do continente americano. Por outro lado, o parentesco do imperador d. Pedro I com o monarca espanhol Fernando VII suscitava desconfianças a respeito de sua lealdade a causa da liberdade nas Américas, o que pode ter contribuído para o não envio de representantes do Brasil ao congresso do Panamá, em 1826 (CASA GRANDE, 2018, p. 408).

Pouco mais de cem anos depois dos eventos ilustrados neste texto, o tema da unidade reaparece numa abordagem mundial. O livro de Simón Planas-Suárez e a conferência de Manuel de Oliveira Lima oferecem esta leitura na medida em que expõem o projeto português de uma Confederação embrionária de uma futura Sociedade das Nações. Nesse ínterim, as ideias de Simón Bolívar foram centrais a confecção de iniciativas de união no século XIX e ressurgiam enquanto resposta ao momento político vivido pelo mundo nas primeiras décadas do século XX. Por seu turno, o contemporâneo português Silvestre Pinheiro Ferreira “figura como um dos iniciadores da Sociedade das Nações e dos mais perspicazes sustentadores de sua causa” (RIVAS, 1961, p. 89) graças ao olhar generoso do mesmo a respeito do “sublime pensamento



do Libertador” (PLANAS-SUÁREZ, 1918, p. 11). Mesmo que não tenham saído do papel, iniciativas como a do venezuelano Simón Bolívar e a do português Silvestre Pinheiro Ferreira se inserem num conjunto mais amplo de projetos que evocavam uma ideia de união americana gestados nas primeiras décadas do Oitocentos e que foram recuperadas à luz do fim da Primeira Grande Guerra por intelectuais expoentes do Novo Mundo. Naquele momento, estes intelectuais sul-americanos ofertaram um contraponto ao protagonismo de iniciativas europeias de integração e solidariedade mundiais.

Referências

ADELMAN, Jeremy. “Una era de revoluciones imperiales”. In: QUIRÓS, Pilar González Bernaldo de (org.). *Independencias ibero-americanas*. Nuevos problemas y aproximaciones. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2015. p. 53- 86.

ALEIXO, José Carlos Brandi. O processo de independência do Brasil e suas relações com os países vizinhos. [S. l.]: FLACSO, Brasil, 2009. Disponível em: http://flacso.redelivre.org.br/files/2015/03/Padre_Aleixo.pdf. Acesso em: 12 ago. 2021.

ALEIXO, José Carlos Brandi. O Brasil e o congresso anfictiônico do Panamá. *Revista Brasileira de Política Internacional*, Brasília, v.43, n.2, p.170-191, dez.2000. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbpi/a/mgNjX3bmRfCGpCdGdjWgyxd/?lang=pt>. Acesso em: 02 set. 2021.

ALMEIDA, Paulo Roberto de. “Um “imenso Portugal”? A hipótese de um império luso-brasileiro no contexto internacional do início do século XIX”. In: GUIMARÃES, Lucia Maria P.; NEVES, Lucia Maria Bastos P.; RÊGO, André Heráclio do (org.). *Oliveira Lima e a longa história da independência*. São Paulo: Alameda, 2021. p. 283-331.

ANNINO, Antonio; LEIVA, Luis Castro, GUERRA, François-Xavier (org.). *De los impérios a las naciones: Iberoamerica*. Fórum Internacional das Ciências Humanas. Paris: Ibercaja, 1994.

ARMITAGE, David. *Declaração de Independência: uma história global*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

BARBOSA, Maria do Socorro Ferraz. Liberalismo e monarquia nos escritos de Silvestre Pinheiro. *Clio. Revista de Pesquisa Histórica*, Recife, v. 4, n. 1, p. 99-105, 1981. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaclio/article/>



view/24621/19897. Acesso em: 15 ago. 2021.

BARRETO, Vicente. Introdução ao pensamento político de Silvestre Pinheiro Ferreira. In: FERREIRA, Silvestre Pinheiro. *Ideias políticas*. Rio de Janeiro: Editora Documentário, 1976. p. 11-19.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Fundação Alexandre de Gusmão. Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais. *Legações e embaixadas do Brasil*. Brasília: MRE, 2021. Disponível em: http://funag.gov.br/biblioteca/download/legacoes_embaixadas.pdf. Acesso em: 08 jul. 2021.

CARTA de Silvestre Pinheiro Ferreira a Rafael Cruz Guerreiro avisando que vai para os Estados Unidos numa fragata americana, tratando de doenças na província do Brasil e dizendo que em breve o Brasil vai gozar da independência. Rio de Janeiro: [s. n.], 1821. 4 p. (Coleção Linhares). Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_manuscritos/mss1458045/mss1458045.pdf. Acesso em: 08 jul. 2021.

CASA GRANDE, Dirceu Junior. Os estudos sobre o ciclo confederativo e a história da integração latino-americana no século XIX. *Revista Antíteses*, Londrina, v. 11, n. 21, p. 390- 412, jan./jun. 2018. Disponível em: <https://www.uel.br/revistas/uel/index.php/antiteses/article/view/29656>. Acesso em: 20 ago. 2021.

CASTRO, Daniel Emilio Rojas. La reconnaissance des gouvernements ibéroaméricains. *Histoire du droit international et histoire transnationale au xixe siècle. Relations Internationales*, Paris, n. 162, p. 9-30, 2015. Disponível em: <https://www.cairn.info/revue-relations-internationales-2015-2-page-9.htm>. Acesso em 20 out. 2021.

CATROGA, Fernando. “Quimeras de um façanhoso império”: o patriotismo constitucional e a independência do Brasil. In: AZEVEDO, Francisca L. Nogueira de; CATROGA, Fernando; HERMANN, Jacqueline (org.). *Memória, escrita da história e cultura política no mundo luso-brasileiro*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2012. p. 327-387.

CHUST, Manuel. “Reflexões sobre as independências ibero-americanas”. *Revista de História*, São Paulo, n. 159, p. 243-262, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9141.v0i159p243-262>. Acesso em: 30 mar. 2019.

COSTA, Fernando Dores; PEDREIRA, Jorge. *D. João VI: um príncipe entre dois continentes*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.



DI MEGLIO, Gabriel. “La participación popular en las revoluciones hispano-americanas, 1808 – 1816. Un ensayo sobre sus rasgos y causas”. *Almanack*. Guarulhos, n. 5, p. 97-122, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2236-463320130506> . Acesso em: 20 mar. 2019.

DURAN, Maria Renata da Cruz. Ecletismo e retórica na filosofia brasileira: de Silvestre Pinheiro Ferreira (1769 – 1846) ao frei Francisco do Monte Alverne (1784 – 1858). *Almanack*, Guarulhos, n. 9, p. 115-135, abr. 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2236-463320150909>. Acesso em: 20 jul. 2021.

DUTRA, Sandra Rinco. *A arte da negociação: Silvestre Pinheiro Ferreira e os jogos diplomáticos luso-brasileiros (1797-1825)*. 2015. Tese (Doutorado em História Política) - Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

FERREIRA, Gabriela. *O Rio da Prata e a consolidação do Estado imperial*. São Paulo: Hucitec, 2006.

FERREIRA, Silvestre Pinheiro. Memórias políticas sobre os abusos gerais e modo de os reformar e prevenir a revolução popular redigidas por ordem do príncipe regente no Rio de Janeiro em 1814 e 1815. *Revista trimestral do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil*. Rio de Janeiro: Topografia Universal de H. Laemmert & C, 1884, tomo XLVII, parte I.

FREDRIGO, Fabiana de Souza. As guerras de independência, as práticas sociais e o código de elite na América do século XIX: leituras da correspondência bolivariana. *Varia História*, Belo Horizonte, v. 23, n. 38, p. 293-314, jul./dez. 2007. Disponível em: <https://repositorio.bc.ufg.br/handle/ri/13527>. Acesso em: 30 mar. 2022.

GALVÃO, Benjamin Franklin Ramiz (dir.). *Annaes da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Tip. G. Leuzinger & Filhos, 1877. v. II. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/anais-biblioteca-nacional/402630>. Acesso em: 08 jul. 2021.

GARCIA, Eugênio Vargas. *A participação do Brasil na Liga das Nações (1919 – 1926)*. 1994. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade de Brasília, Brasília, 1994.

GILENO, Carlos Henrique. Silvestre Pinheiro Ferreira e a construção das instituições administrativas e políticas do Império Luso-Brasileiro (1815 – 1821). *Mediações*. Revista de Ciências Sociais, Londrina, v. 26, n. 1, p. 108-125, jan./abr.



2021. Disponível em: <https://www.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/view/40395>. Acesso em: 10 ago. 2021.

HOBBSAWM, Eric. *A Era dos Extremos. O breve século XX (1914 – 1991)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

LIMA, Oliveira. *Aspectos da história e da cultura do Brasil*. Lisboa: Livraria Clássica Editora, 1923.

MCFARLANE, Anthony. El contexto internacional de las independencias hispanoamericanas. In: QUIRÓS, Pilar González Bernaldo de (org.). *Independencias ibero-americanas*. Nuevos problemas y aproximaciones. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2015. p. 107-124.

MOREL, Marco. *A revolução do Haiti e o Brasil escravista*. O que não deve ser dito. São Paulo: Paco Editorial, 2017.

NEVES, Lúcia M. Bastos P. Estado e política na independência. In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (org.). *O Brasil Imperial, 1808-1831*. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014. p. 95-136.

NEVES, Lúcia M. Bastos P. Guerra aos franceses: a política externa de Dom João VI e a ocupação de Caiena. *Navigator*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 11, p. 70-82, 2010. Disponível em: http://www.revistanavigator.com.br/navig11/dossie/N11_dossie7.pdf. Acesso em: 12 abr. 2021.

OLIVEIRA, Cecília Helena de Salles. Repercussões da revolução: delineamento do império do Brasil, 1808-1831. In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (org.). *O Brasil Imperial, 1808-1831*. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014. p. 15- 54.

PAIM, Antônio. *História das ideias filosóficas no Brasil*. São Paulo: Grijalbo, 1967.

PAMPLONA, Marco Antonio; MADER, Maria Elisa Noronha (org.). *Revoluções de independências e nacionalismos nas Américas: região do Prata e Chile*. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

PLANAS-SUÁREZ, Simón. *Notas históricas y diplomáticas: Portugal y la independencia americana*. Lisboa: Centro Tipográfico Colonial, 1918.

PIMENTA, João Paulo Garrido. *Tempos e espaços das independências: A inserção do Brasil no mundo ocidental (1780 – 1830)*. São Paulo: Intermeios, 2017a.



PIMENTA, João Paulo Garrido. *La independencia del Brasil y la experiencia hispano-americana (1808-1822)*. Trad. Óscar Javier Castro. Santiago: Centro de Investigaciones Diego Barros Arana, 2017b.

RIVAS, Raimundo. *História Diplomática da Colômbia (1810 – 1934)*. Bogotá: D.E.: Imprensa Nacional, 1961.

SANTOS, Guilherme de Paula Costa. *O Governo de D. João e o Tráfico de Escravos: A convenção de 1817 e a sua repercussão na América Portuguesa*. Almanack Braziliense, Brasília, n. 4, p. 95-101, nov. 2006. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/alb/article/download/11649/13419>. Acesso em: 2 abr. 2022.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Silvestre Pinheiro Ferreira: ideologia e teoria*. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, 1975.

SKINNER, Quentin. *As fundações do pensamento político moderno*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

VICENTE, António Pedro. Política exterior de d. João VI no Brasil. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 7, n. 19, p. 193- 214, 1993. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/n93y6sC6z9GZPFWP8Tfr48M/?lang=pt>. Acesso em: 10 set. 2021.

WHELING, Arno; WHELING, Maria José. Soberania sem independência: aspectos do discurso político e jurídico na proclamação do Reino Unido. *Tempo*, Niterói, v. 17, n. 31, p. 89-116, 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-77042011000200005>. Acesso em: 10 set. 2021.

Notas

¹Agradeço aos profissionais da Biblioteca Oliveira Lima (Catholic University of America – CUA), na pessoa de Nathalia Henrich, pelo envio do livro “Notas históricas y diplomáticas” e de outros manuscritos utilizados para a elaboração deste artigo.

²Professora de História da América no Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora.

³Embora o livro esteja originalmente em espanhol, optamos em traduzir os trechos utilizados neste artigo para o português, de modo a facilitar a leitura. Também incorremos em ajustes de pontuação pelo mesmo motivo.

⁴A autora faz referências a produção historiográfica venezuelana entre os séculos XIX e XX, no qual as análises sobre a emancipação da América estiveram diretamente relacionadas a vida de Bolívar. Sujeitos como Simón Planas-Suárez estavam imersos no universo de leituras onde a história nacional estava diretamente vinculada a liderança de Bolívar, o que nos permite compreender suas interpretações inscritas no livro naquele contexto.



⁵A partir do século XVIII, o Brasil se tornou um território cada vez mais importante para o conjunto do Império ultramarino português como fornecedor de metais preciosos e de produtos primários. A transferência da corte lusa era um meio de engrandecimento e de afirmação, para além de um recurso de defesa frente aos vizinhos espanhóis. Formou-se, assim, grupos políticos favoráveis e contrários a mudança de sede do Império e o projeto foi retomado nos primeiros anos do século XIX, onde os irmãos d. Domingos e d. Rodrigo de Souza Coutinho desempenharam importantes papéis no momento de transferência e de instalação da corte joanina no Brasil (COSTA; PEDREIRA, 2008, p. 180-201).

⁶Este cargo foi ocupado por Silvestre em 1802, quando de sua ida de Lisboa para Berlim. Paralelamente, Silvestre foi nomeado diretor da Junta de Direção da Real Tipografia e da Fábrica de Cartas de Jogar (DUTRA, 2015, p. 147).

⁷O nome completo do parecer redigido por Silvestre Pinheiro Ferreira é *Memórias políticas sobre os abusos gerais e o modo de os reformar e prevenir a revolução popular redigidas por ordem do Príncipe Regente no Rio de Janeiro em 1814 e 1815*. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 1884, t. 47.

⁸Os dados sobre este sujeito são fragmentados. Provavelmente, ele foi secretário da Embaixada de Portugal em Londres a partir de 1810. Em 1822, foi nomeado Encarregado de Negócios da Embaixada do Brasil em Londres. Ocupou o cargo entre maio e outubro daquele ano. (BRASIL, 2021, p. 434-435). Além disso, no texto de Santos (2006) encontramos Guerreiro como um provável secretário entre 1816 e 1819.

⁹No início do século XIX e as lutas de independência na América espanhola, tropas portuguesas foram solicitadas por representantes da elite da Banda Oriental para conter o avanço de José Gervasio Artigas (1764-1850) e seu projeto de Liga dos Povos Livres envolvendo as atuais províncias de Entre Ríos, Corrientes, Santa Fé, Córdoba e Misiones. Houve intervenções portuguesas entre 1811 e 1816 para evitar o avanço artiguista na Banda Oriental, bem como a incorporação da região ao território do Brasil como Província Cisplatina, em 1821. A anexação da região pelos portugueses fazia parte de um conjunto de ações em prol da construção de uma territorialidade na qual o território do Brasil abarcasse as fronteiras naturais dos rios Amazonas ao Prata. Dada sua posição estratégica nas proximidades do rio da Prata e seu potencial econômico graças a pecuária, a Banda Oriental do Uruguai tornou-se objeto de disputas entre Brasil e Argentina. (FERREIRA, 2006).

¹⁰Maria Beatriz Nizza da Silva (1975, p. 60) pontuava que a posição de Silvestre como ministro em Lisboa era desconfortável e que, para a análise de sua ideologia, a experiência no Brasil é significativa. Acreditamos que tal proposição possa ser refinada quando observamos o contexto dos anos de 1821 e 1822, em que ele exerceu a tarefa de ser ministro de d. João VI em Lisboa. Desta feita, entendemos que a experiência do ministro no Brasil também foi significativa para a elaboração de estratégias no âmbito internacional que proporcionassem a monarquia a continuidade de seus laços com a parte americana do Império.

¹¹O Brasil foi um dos membros fundadores da Liga das Nações e, ao longo de sua permanência na organização, era membro não – permanente. A ausência dos Estados Unidos na Liga tornou o Brasil o único porta-voz da América na organização. Porém, diante da negativa do pleito de assento permanente ao país, o presidente brasileiro Artur Bernardes (1922-1926) saiu da Liga. Este episódio foi marcado por críticas internas e externas. (GARCIA, 1994).



¹²Oliveira Lima referia-se a Guerra da Cisplatina ou Guerra do Brasil, ocorrida entre 1825 e 1828 rivalizando Brasil e Argentina pelo acesso a Banda Oriental, território este disputado desde as intervenções lusitanas na região em 1811. O resultado da guerra foi a derrota de ambos os lados e a independência da República Oriental do Uruguai. Tal guerra contribuiu ao desgaste do reinado de d. Pedro I no Brasil independente. (FERREIRA, 2006).

¹³Pela dedicatória do autor ao diplomata brasileiro, ele o teria recebido em maio de 1923. As conferências na Universidade de Lisboa ocorreram em junho do mesmo ano. Considerando que Oliveira Lima estava em Portugal naquele ano, acreditamos que Planas-Suárez e ele se encontraram pessoalmente ou o diplomata venezuelano encaminhou o impresso diretamente ao colega brasileiro por terceiros; o que pode ter viabilizado a leitura e incorporação do trabalho do venezuelano às suas conferências sobre a história do Brasil.